

Roriz defende taxa no HBDF

Segundo o governador, tirar dos ricos para dar aos pobres também é justiça social

A cobrança de uma taxa de internamento individual pelo Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) foi defendida ontem pelo governador Joaquim Roriz como uma forma de fazer justiça social. "Vai pagar somente quem tem condições e com esses recursos nós vamos melhorar a situação dos mais humildes", disse o governador, afirmando ainda que "tirar dos ricos para dar aos pobres é uma forma de se fazer justiça social". Na edição de domingo passado, o Jornal de Brasília publicou reportagem sobre a idéia do diretor do HBDF, Mauro Guimarães, e do secretário de Saúde, Jofran Frejat.

"Nós estamos abrindo a discussão sobre esse assunto porque acreditamos que o pagamento de uma taxa pelo internamento individual vem ao encontro de uma aspiração

da classe média; ser atendido no Hospital, que hoje goza de um altíssimo padrão no controle de infecções, tendo facilidades como numa clínica particular", argumentou Roriz. Para ele, estes recursos da taxa servirão para melhorar o atendimento da instituição.

Gratuidade

A classe média, segundo Jofran Frejat, voltou a exigir instalações especiais de acomodações no HBDF durante os internamentos. "Se ficasse instalados gratuitamente num apartamento individual prejudicariam as outras pessoas. E nós estamos propondo uma diária bem abaixo das internações nas casas de saúde privadas". O secretário disse que a idéia por enquanto se constitui apenas de um estudo, mas não tem prazo para implantação.

Divulgação



Roriz e Frejat inauguram o Centro de Saúde nº 2 em Planaltina

Inamps diz que cobrança é legal

A cobrança de taxa de internação individual nos apartamentos dos hospitais públicos — conforme proposta do secretário Jofran Frejat — não contraria os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) que mantém o serviço no DF. Segundo o presidente do Inamps (órgão que gerencia o sistema), Ricardo Akel, a cobrança é permitida quando há solicitação pelo paciente de internamento especial, desde que haja contrato nesse sentido e o hospital comunique previamente o valor a ser pago. A proibição é para a exigência de sobretaxas e honorários médicos por profissionais e hospitalais do SUS.

Apesar da legalidade da proposta, o presidente da Comissão da Ordem Econômica e Meio Ambiente, deputado Padre Jonas (PDT), vai colocá-la em discussão nas reuniões com a comunidade, durante a elaboração da Lei Orgânica. Na sua opinião, a cobrança da taxa proporcionaria uma discriminação no atendimento dos hospitais públicos, pois quem tiver condições de pagar receberá melhor tratamento. Padre Jonas lembrou que a Lei Orgânica é justamente o documento que poderá traçar normas gerais que evitem esse tipo de distorção.

Constituição

Para a deputada distrital Maria de Lourdes Abadia (PSDB), a iniciativa contraria a Constituição Federal. "O texto constitucional diz que a saúde é um dever do Estado e um direito do cidadão", argumentou a deputada, acrescentando que recursos para a saúde existem, o que falta é bom gerenciamento. O deputado Jorge Cauhy (PL) entende que os hospitais não devem ter autonomia para decidir sobre esse tipo de assunto. "Além do mais, o que se deve fazer de graça não pode ser cobrado", observou.

Embora seja favorável à cobrança, como forma de tirar espaço da rede privada, o deputado petista Wasny de Roure teme que essa proposta possa trazer discriminação. "O serviço médico não pode ser diferenciado pela classe social", justificou Wasny, que vê na cobrança da taxa para internação especial, a possibilidade de a rede pública garantir rendimentos oferecendo conforto. "Os melhores equipamentos estão na rede pública, mas quem lucra com o conforto são as clínicas particulares", esclareceu. O deputado Fernando Naves (PDC) também acredita que a taxa poderá discriminá os pacientes que não podem pagar pelo serviço.

Na opinião do líder do governo, Maurílio Silva (PTR) quem pode deve pagar, se quiser um tratamento diferenciado. No entanto, ele não acha oportuno mudar o sistema de atendimento que vigora há muito tempo, especialmente porque será muito difícil "filtrar" as pessoas que têm condições de pagar. O possível substituto de Maurílio na liderança do governo, Manoel de Andrade (PTR), o Manoelzinho, é totalmente contrário a qualquer cobrança nos hospitais públicos. "Quem procura a rede pública é porque não pode pagar", argumentou.